

# DESIGUALDADE DE GÊNERO NA DIPLOMACIA BRASILEIRA<sup>1</sup>

José Rodrigues Jamba Segunda<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo, busca analisar a desigualdade de gênero a partir da baixa representatividade das mulheres diplomatas no Itamaraty, pois muitas dessas acabam passando por diversos impedimentos em ocuparem os espaços de alto escalão, e que muitas delas são subalternizadas em seus locais de trabalhos. Sendo assim, tais instituições excluem a participação do sexo feminino na política, como na sociedade em geral. As mulheres diplomatas ocupam um índice baixo no Ministério das Relações Exteriores (MRE). Mesmo havendo, mulheres ocupando cargos de destaques, ainda há uma enorme disparidade de gênero no Itamaraty. Como o acontece em vários países, que contestam a posição da participação da mulher no exercício político, a exercerem atividades de cargos públicos. Sendo assim, o nosso artigo tem como objetivo analisar as desigualdades de gênero existentes no Itamaraty, e a sua representatividade na sociedade. A pesquisa se voltará na base do método qualitativo, e se fará o uso da pesquisa bibliográfica e documental, e sites ligados ao Ministério das Relações Exteriores, relacionados a temática a ser estudada, uma vez que o tema de desigualdade é pouco debatido nas Relações Internacionais.

**Palavras-chave:** diplomacia; discriminação de sexo contra as mulheres - Brasil; Palácio Itamaraty (Brasília, DF).

## ABSTRACT

This article seeks to analyze gender inequality from the low representation of women diplomats in Itamaraty, as many of these end up experiencing various impediments to occupying high-ranking spaces, and that many of them are subordinated in their workplaces. Therefore, such institutions exclude female participation in politics, as well as in society in general. Women diplomats occupy a low index in the Ministry of Foreign Affairs (MRE). Even though there are women occupying prominent positions, there is still a huge gender disparity in Itamaraty. As it happens in several countries, which contest the position of women's participation in the political exercise, to exercise activities of public office. Therefore, our article aims to analyze the existing gender inequalities in Itamaraty, and its representativeness in society. The research will be based on the qualitative method, and bibliographical and documentary research will be used, and websites linked to the Ministry of Foreign Affairs, related to the subject to be studied, since the theme of inequality is little debated in International Relations.

**Keywords:** diplomacy; Itamaraty Palace (Brasília, DF); sex discrimination against women - Brazil.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joyce Amâncio de Aquino Alves.

<sup>2</sup> Bacharel em Humanidades e Licenciando em Relações Internacionais pela UNILAB. Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

## 1 INTRODUÇÃO

Os estudos de gênero, e à noção de interseccionalidade acabaram trazendo novas perspectivas para o estudo da desigualdade e da relação de poder, proporcionando mais concentração para as mulheres que se encontram em situação de invisibilidade, estando assim, em vulnerabilidades, demonstrando que suas vivências e experiências, podem ser refletidas em outros moldes, como delineamento a raça. O Brasil em particular de demais países o seu corpo diplomático aponta que cerca de 25%, é constituído por mulheres, na medida que em se reduz vemos repartição de maiores visibilidades. A diplomacia brasileira é caracterizada como uma organização profissional, que se remete a um sistema burocrática constituída na ordem ou hierarquia. O seu desenvolvimento histórico é pautado através de um *ethos*<sup>3</sup> exclusivo, cuja a edificação se deu forma dialética respetivamente na estabilização do Itamaraty (LOPES, 2013).

No entanto, as mulheres diplomatas no Brasil representam 25%, como já abordado acima referendo aos homens diplomatas ao serviço do Brasil, ou seja, da população brasileira. Para modificar essa realidade o Ministério das Relações Exteriores (MRE), lançou uma campanha que teve como objetivo de se ter mais mulheres na diplomacia. Essa campanha se deu no período que se comemorava 100 anos da primeira mulher na carreira diplomática do Brasil, que foi a diplomata Maria José Rebello, que lutou na justiça para que outras mulheres fossem aceitas a fazerem o concurso de ingressarem no Itamaraty.

E quanto essa representação feminina nas esferas públicas federais, Silva (2021), aponta que à esfera pública federal, atuação das mulheres negras nesse espaço é quantitativamente menor, sendo que correspondem simplesmente 14,2 %, tendo uma divergência enorme para com as mulheres brancas que ocupam 22,5%, dos setores públicos federais. Onde percebe-se também que a maior percentagem nesses espaços é ocupada por homens brancos com 32,2 %, e depois estão os homens negros ocupando um terço de 29,8%. Sendo assim, além desses aspetos apresentados até ao momento a composição dos concursos públicos para os níveis superiores, acaba determinar parâmetros que beneficiem a formação dos grupos favorecidos. Para Crenshaw (2002, p. 175) “um subconjunto de mulheres subordinadas enfrenta um problema, em parte por serem mulheres, mas isso não é percebido como um problema de gênero, porque não faz parte da experiência das mulheres dos grupos dominantes”. Monte (2013) compreende de que o gênero é usado em muitas ocasiões como ação de diferenciação,

---

<sup>3</sup> Ethos é um conjunto de crenças, hábitos, costumes, valores e particularidades comportamentais que distinguem uma determinada comunidade das demais (Rodrigues, 2008). O ethos do Itamaraty é composto por características que advêm dos tempos do Brasil-Império, apresentando traços de patrimonialismo, elitismo, conservadorismo, racismo e patriarcado.

de igual modo como ordem de classificação, que serve como guia de ações, que acaba colocando um limite. De acordo com as conceituadas feministas, como Beauvoir (1973), e Tickner (1997), existem diversos aspectos relacionados ao funcionamento do poder, que seja de caráter privado ou público que necessitam da operacionalização do sistema, da legalidade, e da reprodução da monitorização dos pensamentos, do corpo da mulher, tendo assim, as convicções de feminilidade e masculinidade.

As desigualdades de gênero de modo algum dizem respeito ao um contexto natural, mas que retrata sob uma ideologia que foi incorporada a partir da tradição cultural, pelas estruturas hierarquizadas, e pelo o envolvimento dos agentes sociais, em situações de relações na sociedade. E quanto a este olhar histórico que se perpetuando desde os tempos longínquos, o feminismo contesta esta divisão existente, de atividades desiguais, e desiguais, entre os gêneros, com objetivo em combater a dominação imposta o qual predomina até aos dias de hoje, em que as mulheres tornem donas de si mesmas, ou independentes e competentes em terem a oportunidades de usufruírem de direitos civis, em igualar os seus direitos sejam elas econômicas, jurídicas e no âmbito político e social, de igual a qualquer membro na sociedade, e que essas igualdades que as mulheres não buscam simplesmente pela igualdade na aplicação da lei, como também a sua valorização na vida quotidiana (SAFFIOTI, 2015). Em relação à questão de gênero, levantamos a seguinte pergunta de partida, que guiara o nosso artigo: Quais são os fatores que evidenciam na desigualdade de gênero na diplomacia brasileiras?

. E o trabalho tem como objetivos específicos: identificar as características ligadas as desigualdades de gêneros e das epistemologias feministas na participação das mulheres na diplomacia; Analisar como as políticas públicas podem incluir num crescimento de espaços de poder, inclusive para práticas diplomáticas. E a metodologia estabelecida no artigo, é de uma abordagem qualitativa, e a coleta de dados recorreremos na pesquisa bibliográfica e documental. Para Gil (1999), os estudos exploratórios, dizem respeito a participação ou a representatividade das mulheres no seio da diplomacia brasileira, e no seu reconhecimento diante ao Ministério das Relações Exteriores, que também é chamado, ou seja, reconhecido por Itamaraty, a partir do momento admitiu a ingresso das mulheres na carreira diplomata no Brasil. E se estabeleceu um conceito teórico relativo a desigualdade sexual do trabalho, e aplicou-se a pesquisa bibliográfica e documental, a partir de livros, artigos, documentários, relacionados as teóricas do tema estudado, nas relações internacionais.

O nosso artigo está dividido em duas partes, na qual na primeira seção procurou-se analisar, sobre A inserção das mulheres na vida política diplomática, e sua representatividade na sociedade civil, em compreendermos qual é o papel da mesma diante a uma realidade

machista, e entender os impactos que as mesmas passam nesses espaços. Na segunda, analisar sobre a participação das mulheres diplomatas no Itamaraty, trazendo à tona as mulheres diplomatas nesses espaços de caráter público, a sua participação e o seu percurso na carreira diplomata.

## **2 BAIXA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA VIDA PÚBLICA**

Segundo Alves (2011), a área das Relações Internacionais, ainda encontramos um déficit quanto as questões que dizem respeito a gênero. Onde percebe-se que o campo de estudos das Relações Internacionais tem buscado a desenvolverem assuntos que tratam sobretudo em assuntos de alta e baixa política, no que toca em questões sobre poder, e que existe pouca abertura do feminismo na participação dos debates. Para Tickner (1997), citado por Alves (2011), compreende-se de que a concepção feminista das relações internacionais, tendem às teorias dominantes na área, são caracterizadas como experiências masculinizadas. Diante a constituição dos Estados, multinacionalização do capitalismo, e os estudos sobre a segurança, são vistas como estruturais de caráter patriarcal que sempre recai ao sexo masculino como o detentor dos estudos.

De acordo Monte (2013), a categoria de gênero serve potencialmente para marcar o terceiro debate, permitindo assim abordagens que constroem de modo algum as valorizações e criando normas para domar a emancipação das mulheres, baseando naquilo que ela chama de três regras sociais: instrução, direção e compromisso. Para Alves (2011), é necessário olharmos as relações internacionais não só como apenas relações entre Estados, mas sim como também em relações de caráter social como um todo, que possibilita engendrar mais debates que perpassam nas relações internacionais, sobretudo as questões de gênero, que não foram respondidas, diante, ao advento da globalização e das transformações sociais. Enloe (2014, p. 22), aborda de que “as relações entre governos dependem não apenas de capital e armamento, mas também do controle das mulheres como símbolos, consumidoras, trabalhadoras e consoladores emocionais”. No entanto, alguns dos espaços que na qual são predominantemente ocupadas por mulheres que abarca as pautas internacionais e multinacionais, que está mais direcionado na exploração sexual e da força de trabalho e a prostituição, que ocorrem especificamente nas grandes cidades dos países desenvolvidos (ENLOE, 2014 apud MATA, 2022).

Percebe-se que existe uma preocupação das correntes feministas que são levantadas para demonstrar que a construção da política de gênero a estruturação social, sem conter as características biológicas, mas sim importam estudar à forma como às políticas de gênero são exercidas, fica parecendo apenas como se fosse agrada os homens a questão de política. Várias autoras feministas, formam uma inquietação conjunta destas para estabelecer as influências do protagonismo feminino, é necessário que haja igualdade em ambos lados e que as mulheres que são elegidas não sejam vistas como figurinhas, mas sim como ser que tem capacidade de gerir o que lhe foi incumbida e é necessário que os governos criem políticas públicas de inserção para o enquadramento das mulheres em diversas esferas públicas.

Segundo Gonçalves (2020), os movimentos feministas exerceram uma tarefa de extrema importância, no que se refere na luta da busca dos direitos das mulheres na sociedade, e que as mulheres fossem reconhecidas diante a sociedade em geral, e de igual modo pelo próprio Estado. No entanto a sociedade contemporânea, está especificamente ligado/a, ao sistema patriarcal, que na verdade a sua construção se deu a partir do processo de colonização, e que no tempo atual ainda carregamos o reflexo dos nossos antepassados, que vem se repercutindo até aos dias atuais. Gonçalves (2020), afirma que a representação de mulheres enquanto um grupo subalternizado, ou invisibilizadas, é necessário entendermos como se ergueu esse processo. Olhando a partir do patriarcalismo<sup>4</sup>, que perpetuou na aplicação do papel de gênero, da qual foi estabelecido o espaço público de poder aos homens, e já as mulheres lhes foram estabelecidas o ambiente privado, submetidas à subalternização. A luta das mulheres dentro desses espaços de poder vem desde os tempos longínquos, porém a paridade de gênero passou a ser uma realidade mais ativa ainda muito recentemente. As desigualdades socioeconômicas que dificultam a aquisição de educação formal, é um exemplo, assim como o caráter cultural patriarcal difundido que reduz as mulheres, apenas na esfera doméstica e trabalhos correlatos.

Para True (2003), o feminismo nos propõe variadíssimos componentes, sendo que no interior das práticas feministas englobam mecanismos desenvolvimento de regulamento, que oriente a possibilidade de uma interação mundial, no que cerne as diferenças culturais e étnicas, raciais, sexuais e de gênero. Concernente a invisibilidade das mulheres nos debates internacionais Halliday (2007, 169), afirma que “a formação da posição das mulheres na sociedade, na economia e em casa “considerando tudo que é privado e sujeito a variações nacionais” deve muito às transformações e tendências que são internacionais e transnacionais”.

---

<sup>4</sup> O patriarcalismo é um sistema de opressão sob o qual a sociedade está acentuada, legitimando a dominação entre os sexos, impregnando a divisão e a hierárquica entre homens e mulheres. Portanto, as feministas radicais, como eram identificadas, definem o patriarcado como um sistema sexual de poder, com a organização hierárquica masculina da sociedade que se perpetua através do matrimônio, da família e da divisão sexual do trabalho. (SILVA, 2013).

É de extrema relevância ressaltar que o feminismo não envolve simplesmente as mulheres, mas todo quaisquer indivíduos, que se encontram em situações de exclusão social. Sendo que é voltada para as relações sociais, que percorre por incompatibilidade e divergências de gênero, classe, e de raça/etnia (CARLOTO, 2001 apud ALVES 2011). A disputa política eminentemente liderado por homens dizem respeito a uma ligação política, econômica, ideológica e social desigual e violenta, refletindo em uma dominação masculina autoconsciente aos prazeres e benefícios em detrimento da subordinação de dependência e obediência das mulheres. Assim, se estrutura na sociedade uma agressividade não assumida, estabelecendo padrões específicos nas relações em torno de intersubjetividades e significado nas mais diferentes ideias e valores de masculinidades e feminilidades neste meio.

Países que apresentam índices de desigualdade de gênero altos, como o Brasil, muito possivelmente se encontram nesse mesmo cenário. O que torna importante o crescimento de mulheres no poder para que demandas para outras mulheres possam ser realmente colocadas em prática, afinal, ninguém melhor que uma mulher para saber das vivências e necessidades passadas por outras mulheres (tendo em vista, é claro, os recortes e marcadores sociais existentes). É necessário ter mulheres em qualquer espaço, setor, organização seja ela política ou não, porque isso é fundamental e justo, de certa forma representa um símbolo de justiça. É necessário que as mulheres ocupem lugares para aumentar a consciência de gênero que ainda não é aceita ou entendida por muitas pessoas. Embora as mulheres ocupando esses espaços, não significa que houve uma transformação total de disparidades concernente as mulheres e aos homens, no local de trabalho.

Segundo Rezende (2015), um dos principais fatores na fraca representatividade da mulher nos lugares destaques e na tomada de decisão, quer seja nas esferas públicas ou privadas, estão diretamente interligados com a questão de raça, que acaba colocando muitas dessas mulheres em situações de desvantagem no que toca na posse desses espaços de poder. E autora também frisa de que ao proferirmos sobre as mulheres não podemos olhar simplesmente nas questões de desigualdade de gênero, de igual modo em aspectos raciais, visto que as mulheres negras são as que mais estão em desvantagens nessa situação. E que diante a abordagem, podemos compreender de as mulheres não enfrentam os mesmos desafios na sociedade entre elas

Vários estudos mostram que mesmo havendo um determinado equilíbrio entre a jornada laboral de trabalho de mulheres e homens, ainda existe uma enorme discrepância salarial entre ambos sexos. De acordo Chies (2010), é perceptível que existe uma estrutural cognitiva da sociedade, englobando assim, a hierarquia capitalista atribuída ao masculino e feminino, na área

profissional e que mesmo os dois exercendo as mesmas funções ainda assim sempre tem tido uma tendência de sub-valorização da mulher, colocando-a inferior, fazendo que não sejam olhados nas mesmas categorias profissionais. Sendo que a subordinação do sexo feminino na esfera privada transcende na esfera pública, colocando o sexismo no mercado de trabalho, e nesse espaço permanecendo, assim, uma estrutura de subordinação de gênero.

A maneira em que mulheres e homens são situados de forma diferenciada dentro da vida privada e do mundo público é, como indicarei, uma questão complexa, mas, subjacente a uma realidade complicada, há a crença de que as naturezas das mulheres são tais que elas são devidamente submetidas aos homens e seu lugar é na esfera doméstica e privada. Os homens corretamente habitam as duas esferas e tomam as decisões no âmbito delas. A cultura passa a ser identificada como a criação e o mundo dos homens porque a biologia e os corpos das mulheres as colocam mais perto da natureza do que os homens, e porque suas tarefas de criação de filhos e domésticas, lidando com bebês ainda não socializados e com matérias cruas, colocam-nas em contato mais próximo com a natureza. Portanto, as mulheres e a esfera doméstica parecem inferiores à esfera cultural e às atividades masculinas, e as mulheres são consideradas necessariamente subordinadas aos homens (PATEMAN, 1990, p.57-63).

Quanto a representação política feminina, sempre foi vista como um ato inadmissível na consciência de vários políticos e pelos indivíduos comuns, na contemporaneidade é bastante incitado pelas principais Organizações Internacionais (PAXTON, 2006). Para Enloe (2014, p. 178), “quando estes lugares, como a política, a diplomacia, e outros lugares não estão sendo ocupadas por elas, e considerando-lhes apenas esposas, sempre permanecerão as barreiras sexistas e a diplomacia masculina continuará arraigada”. A luta de mulher não é um fenômeno novíssimo, muitas mulheres já levantaram vozes no passado para que as suas causas possam ser ouvidas. Séries de conferências feministas nas Relações Internacionais de 1988, 1998 e a recente de 2008 foram realizadas. Assim as mulheres ganharam vozes na política internacional com séries de mulheres no cenário político internacional, como a Benazir Bhutto a primeira-ministra e líder feminista do Paquistão (1988-1990; e 1993-1996), a Margaret Thatcher que em 1975, tornou-se líder do Partido Conservador e em 1979, se tornou a primeira mulher primeira-ministra da Grã-Bretanha, e mais tarde em 2000 com a Chanceler alemã Ângela Merkel que agiu naquele lugar de forma como qualquer homem poderia agir (PEREIRA, 2020).

Para Balbino (2009), compreende-se que a carreira diplomática é uma das atividades, que exclusivamente foi traçado como um ambiente que dizem respeito aos homens, que na contemporaneidade acabou incluir as mulheres no exercício do Itamaraty. Na qual percebe-se de que as mulheres que alcançam esses espaços e várias vezes são questionadas, a respeito de suas famílias e de igual modo de suas competências, como se esses dois fatores fossem

mutuamente excludentes. As mulheres não encontram-se apenas sub-representadas no Itamaraty, mas sim também em várias esferas do governo federal, sobretudo em Tribunais Superiores, Congresso Nacional, no Poder Executivo entre outras. Onde as mesmas acabam ingressando em categorias de níveis baixos das atividades públicas. Sendo que na carreira diplomática brasileira no Itamaraty existem duas carreiras de alto escalão, a de diplomata e de oficial de Chancelaria. Sendo que as mulheres são minoria, referendo aos diplomatas, que têm o poder de decisão. Para Balbino (2009, p. 261), “os sujeitos que são a minoria em um ambiente (isto é, as mulheres em carreiras tradicionalmente masculinas) podem, como estratégia consciente ou não, despir-se daquela característica que os torna diferentes (o gênero, por exemplo) e passar a enxergar a todos, inclusive a si mesmos”. Como já salientamos de que as mulheres pelo fato de serem a minoria, muitas vezes acabam encarando impedimentos no exercício das suas atividades.

A representatividade da mulher na sociedade civil, Ribeiro (2022), diz que na realidade atual, as mulheres carregam em si mais autonomia, e liberdade de expressão, ou seja, as mulheres hoje em dia são mais livres, do que no passado, bem como na emancipação do seu corpo, que outrora elas não tiveram essas oportunidades que elas vêm tendo hoje. Em que as mulheres do século XXI, deixaram de serem aquelas mulheres que eram submissas ou coadjuvante para assim assumirem um lugar diferente na sociedade, com novas pautas e novos olhares, dando assim, uma participação mais ativa nas suas decisões a seu senso crítico, em deixar de crer na subalternidade que lhe era imposta diante a figura masculina, em diferentes setores da vida social.

Gonçalves (2017) aponta que na formação sobre o que ser homem e ser mulher, no Ocidente acabou se construindo um espaço de feminilidade em objeção a masculinidade. Onde as mulheres sentiam-se impedidas a movimentar-se o corpo, isso é, em sentirem-se livres, essas mulheres não tinham liberdades de suas próprias escolhas e que foram sempre ensinadas a estarem com as pernas fechadas, como outros tipos de movimentos, etc. Em que para autora, se dá a partir das concepções patriarcais, em âmbitos sociológicos e convicções, e que ficou grifado que as mulheres deveriam simplesmente serem um gênero feminino, sendo que, eram impedidas os direitos cívicos, onde nas qual os espaços públicos foram transformadas em ambientes domésticos.

Quanto esse ponto de vista levantado pela autora Gonçalves (2017), Scott (2010), sintetiza esse assunto dizendo que:



O gênero abriu todo um conjunto de questões analíticas sobre como e em que condições diferentes papéis e funções foram defendidos para cada sexo; como os próprios significados das categorias “homem” e “mulher” variaram de acordo com o tempo, o contexto e o lugar; como as normas regulatórias de conduta sexual foram criadas e aplicadas; como questões de poder e direitos influenciaram definições de masculinidade e feminilidade; como as estruturas simbólicas afetaram as vidas e práticas das pessoas comuns; como as identidades sexuais foram forçadas as vidas dentro e contra as prescrições sociais (SCOTT, 2010, p. 9).

Para Monteiro (2015), a distinção existente entre a política e a vida privada da mulher está relacionada na divisão entre o trabalho e casa, tendo como exemplos vemos o olhar sobre a construção de como era vista para com as mulheres negras, enquanto que mulheres brancas e ocidentais, estavam mais associadas na invenção da (fada do lar), isso dar mulher doméstica dada as mulheres negras, que ocupavam-se em tarefas de caráter produtivo de campo, quer seja no cultivo de terra, e como nos mercados. As mulheres eram vistas como um elemento secundário, nos dias atuais vemos a importância que as mesmas têm na sociedade, que cada vez mais têm sido as protagonistas das suas ações no dia a dia, são várias lutas subcarregadas sobre as mesmas, hoje em dia verifica-se uma presença de mulheres em diversos espaços públicos como privados, em diversas esferas sociais, deixando para trás o papel de dona de casa, aquela que muitas das vezes também foi vista como cuidadora dos filhos/as, por mais que ainda é uma situação complicada, mas já se vê mulheres ocupando cargos importantes e assumindo postos destaques e em diversas em empresas não atuando como submissas.

A mulher, ao longo de muitas décadas, foi deixada fora da parte pública da sociedade. Sua participação na política era proibida, e sua educação era restrita. Vista como a salvadora da humanidade, era da sua natureza amparar e consolar, sendo o seu lugar no âmbito doméstico, dispendendo cuidados à família e ao lar. Ao homem lhe era conferido o dever de proteger, de decidir e ser a razão lúcida. Considerava-se legítima a exclusão das mulheres de todo o direito político, com base no que acreditavam ser uma “lei natural”: em toda mulher existe uma mãe em potencial. (MONTEIRO; GATI, 2012 apud NAHANA, 2022, p. 11).

Independentemente que as mulheres por muito tempo foram deixadas de lado, elas são parte dessa construção e do desenvolvimento de cada país, na qual acabou influenciado diretamente diversas esferas da sociedade.

De acordo Angela Davis (1944), na sua obra “Mulheres, raça e classe”, aborda que:

Embora a “dona de casa” tivesse suas raízes nas condições sociais da burguesia e das classes médias, a ideologia do século XIX estabeleceu a dona de casa e a mãe como modelos universais de feminilidade. Como a propaganda popular representava todas as mulheres em funções de papéis que elas exerciam no lar, mulheres obrigadas a trabalhar em troca de salários passaram a ser tratadas como visitantes alienígenas no mundo masculino da economia pública. Fora de sua esfera “natural”, as mulheres não seriam tratadas como trabalhadoras assalariadas completas. [...] A exploração que

sofriam era ainda mais intensa do que de seus colegas homens. Nem é preciso dizer que o sexismo emergiu como uma fonte de sobre lucro exorbitante para os capitalistas. (DAVIS, 1944, P. 230).

Segundo Ribeiro (2022), no contexto atual as mulheres não ficam simplesmente em casa exercendo simplesmente atividades como donas de casa, e que hoje elas dirigem, ou seja, são diretoras de escolas, universidades e empresas, até mesmo em cargos políticos, como presidências de um país, temos como exemplo: a primeira presidenta Dilma Rousseff, que assumiu o cargo mais relevante do Brasil. Quanto esse olhar temos à autora Enloe (2014), citado por Mata (2022), que afirma que a noção do Estado patriarcal, demonstra que a liderança das relações internacionais entre os Estados, acaba depositando confiança as mulheres as obrigações de esposas, que nos leva a compreendermos que o casamento é exclusivamente um ato doméstico, sendo que se aplica no âmbito internacional, assim sendo, a nacional. Demonstra que as relações de gênero dos casamentos dizem respeito ao contexto da política internacional. Sendo assim, percebe-se que o próprio sistema internacional molda os papéis que as mulheres devem seguir, atribuindo-lhes o papel de esfera doméstica/privada, como nos fala Ribeiro, lhes tirando assim, as oportunidades de participarem nos quadros públicos, que englobam administração governamental e das Organizações Internacionais.

### **3 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES DIPLOMATAS BRASILEIRAS NO ITAMARATY**

A participação de mulheres na diplomacia brasileira, especificamente no Itamaraty, se deu a partir da Maria José Rebello, que foi a primeira mulher a integrar ao grupo de diplomata, em 1918 (Carmo e Farias, 2016). Para ingressar foi necessário recorrer na justiça, sendo, que na época o seu pedido havia sido recusado de fazer parte na carreira diplomata no Itamaraty por Nilo Peçanha, que foi o ministro das Relações Exteriores brasileira. Em um momento onde as mulheres nem sequer experienciavam o direito do voto, e nem na participação da vida política, em 1926, e que depois dessa batalha, mais duas mulheres conseguiram ingressar no Itamaraty, Celina Porto Carrero, e Wanda Vianna Rodrigues, na qual foram designadas a exercerem a função de diplomatas, mas que as mesmas não cumpriram nenhum processo, ou seja na realização de uma prova. Já a quarta mulher brasileira a ingressar na carreira diplomata no Itamaraty foi Zorayma de Almeida Rodrigues, que foi aprovada a partir de um concurso público

que lhe foi submetida no ano de 1928, na época eram simplesmente 241 diplomatas homens, contra 4 mulheres diplomatas (FRIAÇA, 2018).

Em meados dos anos de 1931, as relações exteriores do Brasil, os seus serviços eram apenas em três áreas diferentes: serviços diplomáticos e consulados e por último o quadro de Oficiais da Secretária de Estado. Através da reparação que se deu no ano de 1931, por Melo Franco, essa última área que enquadrava as quatro diplomatas ao serviço do Ministério das Relações Exteriores (MRE), exerceram as atividades como oficiais da Secretária de Estado, onde elas acabaram de serem transferidas para os consulados. Enquanto, os homens tinham o direito da escolha, de qual local pretendem exercerem as suas atividades, quer seja, ao serviço consular ou diplomática, coisa que não aconteceu com as mulheres na liberdade de escolhas. Essas, foram submetidas ao exercício de menor destaque, comparado aos homens que lhes foi auferido cargos de maior relevância (FRIAÇA, 2018).

Além disso, no dia 12 de abril de 1934, havia sido publicado o Decreto 24.113, que segundo ao Art. 75, §3, em que na qual, se um dos funcionários da carreira diplomata ou consular casasse, um dos dois tinha que escolher quem irá deixar receber o salário, como o Código Civil na época do ano de 1916, decretava à hierarquia ao homem, automaticamente a mulher era escolhida a deixar o cargo. Posteriormente no ano de 1938, com a reforma que deu pelo então Oswaldo Aranha, que foi atual ministro das Relações Exteriores na época, acabou unificando a carreira consular, com a diplomática, o mesmo implementou que as mulheres já mais poderiam concorrer na carreira diplomática brasileira. Até então, entre 1918 a 1938, só haviam sido na carreira diplomática 19 mulheres no exercício da diplomacia brasileira. Segundo, Oswaldo Aranha, as mulheres não poderiam integrar no corpo diplomático, uma vez que, apresentavam-se como ridículas em expor o Brasil, de igual modo as mulheres na carreira diplomática, acabavam criando empasses ao governo do Brasil, como a de outros Estados, em que se referia nas leis de outras nações, na religião, tal como em costumes sociais, em que muitas dessas políticas divergiam onde a mulheres não tinham o acesso na admissão. De acordo o mesmo, dizia que a mulher não teria a capacidade em agir de forma concisa, pelo fato da sua fragilidade que a mesma apresenta (FRIAÇA, 2018).

Para Moura (2007), com a formação do Instituto Rio Branco, em meados de 1945, havia tido uma expectativa enorme de mulheres a concorrer ao concurso no ingresso no Itamaraty. Mais uma outra vez não concretizado, sendo, que no dia 26 de abril de 1946, estabeleceu-se um Decreto-Lei nº 9.202, que categorizava simplesmente o sexo masculino legíveis ao concurso para admissão e a carreira diplomática no Itamaraty. As mulheres diplomatas eram obrigadas a deixarem o cargo, e as suas atividades, caso contraísse o matrimônio com um dos membros, e

automaticamente eram exoneradas do exercício. Só no ano de 1950, a proibição que se dava as mulheres no ingresso na carreira diplomata foi exterminada para sempre, pela Lei 2.171, de 18 de janeiro de 1954. Mesmo, tendo uma nova constituição, as mulheres continuavam de fora do perfil diplomático que era desejado, onde um dos aspetos se dava pelas suas vestimentas que eram pedidos aos cãndidos, de como deveriam se apresentar não contemplavam as mulheres.

MRE (2018), aborda de que o ano de 1980, teve um aumento significativo, da participação de mulheres no Itamaraty, diferente de outros anos já referido até ao momento. Em 1986, o instituto da agregação, acabou sendo excluído permanentemente pela Lei 7.501, de 27 de junho de 1986, um dos cônjuges o seu vencimento deveria ser em média abaixo de 40%, tal como a desigualdade de âmbito econômico deixou de existir a partir da Lei 9.392, de dezembro de 1996. Na época, foi daí que começou a se ter mais mulheres nas pautas de gênero nos cargos diplomáticos, onde Thereza Quintella, foi a primeira diplomata a exercer o cargo de Ministra, de igual modo, no Instituto Rio Branco, em alcançar este título de destaque desde que se deu a sua criação, sendo, que esses cargos eram dirigidos por sexo masculino. Embora, independentemente por décadas esses espaços serem ocupados por homens, fez com que a diplomata Thereza Quintella, em muitas ocasiões se representasse na categoria masculina, mas de que com o passar do tempo foi se identificando especificamente na representação feminina, sendo que outrora, nem tinham oportunidades.

Novas medidas sobre discussões de gênero na diplomacia brasileira, isso, diante ao Itamaraty, foi intensificado mais na gestão de Celso Amorim, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). No ano de 2003, Celso Amorim havia nomeado, Vera Pedrosa Martins como Subsecretária no Itamaraty, sendo a primeira a ocupar esse cargo, e já no ano de 2005, nomeia Maria de Nazareth Farani Azevedo no Cargo de Chefe do Gabinete do ministro das Relações Exteriores, atividade que jamais havia sido exercida por alguém de sexo feminino. Foi também na sua gestão que na época havia sido envidas duas mulheres para exercerem o cargo de embaixadoras no Oriente Médio, Maria Elisa Berenguer, para chefiar a embaixada brasileira no Tel Aviv, e Ligia Maria Scherer, para dirigir o cargo de representes do Brasil em Ramallah.

Com o fim do governo do presidente Lula e Celso Amorim, essas medidas estabelecidas ou promovidas foram perdendo, por parte dos diplomatas existia uma enorme resistência em reconhecerem que no seio do Itamaraty havia desigualdade de gênero, ato que eles não queriam aceitar, para não venderem mundialmente de que o Brasil é um país desigual, que acabavam prejudicando ou impactando as mulheres. Onde algumas mulheres diplomatas, sentiram-se desconfortáveis com aplicação de política de ação afirmativa, para o concurso que lhes desse

uma vaga específica a concorrerem, em que para muitas viam que não era a melhor a causa para superar as desigualdades existente, em que as suas promoções eram promovidas pelo fato de serem simplesmente mulheres, não se refletia no domínio de suas competências (COCKLES & STEINER, 2017).

Em meados de 2007-2013, a Missão Permanente do Brasil ligado às Nações Unidas, foi chefiada pela primeira vez por uma mulher, e por outro, foi o Conselho de Segurança que foi conduzida por uma mulher, no ano de 2012-2013. De acordo com Lenine e Sanca (2021, p. 101) quanto as desigualdades de gênero na diplomacia dizem que “o emblemático caso de Mendes renunciava tanto a realidade da ausência de mulheres na diplomacia, como os próprios debates sobre os significados da presença feminina nos postos políticos e burocráticos”. Onde os mesmos compreendem, que depois de muito tempo, mesmo tendo um número significativo de mulheres diplomatas no Brasil, ainda contém um índice baixo, quanto esse fenômeno. Sendo assim, que a expressão gênero não aborda especificamente ao sexo feminino ou ao masculino, e que retratam as relações e distinguem aos sujeitos, frisa Giannini e Mathias (2018, p. 47), “a forma como a própria pessoa se assume, além dos polos mulheres e homens”. Entende-se que o gênero também reflete, na determinação da tarefa em que cada sexo tem a fazer, isso, demonstra uma realidade que é construída pela sociedade civil, e em geral. Mais que também segundo Scott (1995, p. 86), compreende que o “gênero também reflete na forma primária de dar significado às relações de poder”. Que também perpassa em várias relações sociais, que invisibiliza o outrem.

Embora constata-se um avanço, até aos dias atuais, ainda permanecem os desafios, em que se verifica uma divisão de tarefas, no que concerne em estereótipos sobre as mulheres diplomatas e homens diplomatas. É importante ressaltar que apesar de termos mulheres em diversas áreas da esferas da sociedade, é necessário ressaltarmos que ainda existe diversos impedimentos (barreiras), que muitas delas têm enfrentado pela condição de serem mulheres, tudo isso através do imaginário que foi construído nos tempos passados de que a mulher o seu lugar é de cuidar o lar, situação que diz respeito na inferiorização da missão da mulher na sociedade, como se os homens são os únicos que têm esse privilégio de ocuparem cargos de destaques públicos.

Quando homens em posições de poder estão preparados para participar, ao lado das mulheres, desse esforço, os avanços são mais rápidos e mais suaves. Chegou a haver no Itamaraty, alguns anos atrás, sensibilização para a necessidade de considerar também as candidaturas femininas aos escalões mais elevados da carreira de diplomata, bem como de nomear mulheres para funções de alta chefia na Secretaria de Estado, como a direção de Subsecretarias-gerais políticas, e a chefia de postos

relevantes, como as Delegações Permanentes junto à ONU, em Nova York e em Genebra, a Delegação junto à União Europeia, em Bruxelas, e a Embaixada em Paris. Atualmente, porém, a Casa resse sente-se de estarem as mulheres sub-representadas, tanto na hierarquia de comando do Ministério quanto na condução dos postos de maior visibilidade (QUINTELLA, 2018, p.8).

A sub-representação, é justificada pelo fato de que a governança são masculinizadas, e que o feminino são categorizadas a exercerem atividades em áreas relacionados a ao bem-estar, entre outras, por exemplo, nos setores de âmbito econômico são dadas responsabilidades aos homens, e que as mulheres em setores privados são submetidas a exercerem atividades de consultorias, trabalhando em setores de recursos humanos, e relações públicas, ao invés de ocuparem esses lugares de destaques, de decisões como nas estruturas das organizações (MCKINDEY, 2019 apud GONÇALVES, 2020, p. 26). Segundo Aggestam e Towns (2018, p. 1), “um dos padrões mais marcantes da diplomacia contemporânea é a sobre representação dos homens e a sub-representação grosseira das mulheres em posições diplomáticas e de negociação de alto nível”. Para as autoras é muito raro encontramos mulheres na liderança da diplomacia, porque muitas dessas sente-se obrigadas em adequar-se aos princípios dos homens.

Para Enloe (2007), um dos planos estratégicos das mulheres para poder lidar com o jogo político, é na possibilidade de ascender no exercício de suas atividades, de igual modo com outros olhares de discriminação de gênero no seu local de serviço, a propensão das mesmas é se auto afirmarem a uma postura masculinizada. Nessa mesma linha às autoras Aggestam e Towns (2018, p. 9) compreendem que “de fato, as próprias práticas e instituições da diplomacia eram e continuam a ser discriminadas por sexo”. Diante a esse posicionamento percebe-se que quanto à carreira política e diplomática as mulheres na contemporaneidade ainda continuam a serem sub-representadas nesses espaços, mesmo elas adquirindo os seus direitos, ainda perduram como espaços masculinizados.

Percebe-se que as mulheres na diplomacia brasileira ocupam um terço de mais de 40%, das que realizam a prova para ingressar na instituição, onde qual, são aprovadas simplesmente 25%. E que no interior do Itamaraty as mulheres enfrentam diversas dificuldades, ou seja, impedimentos em ascenderem na profissão diplomática, sendo, de que os homens retêm para si, de igual modo para sua engloba (rede) de relações no que toca em posições de destaques (poder), na qual as mulheres muitas vezes foram marginalizadas, menos relevantes na diplomacia local e internacional, em atividades Governamentais (QUINTELLA, 2021, apud CEBRI, 2021). No que cerne a essa abordagem levantada, Tickner (2001, p. 54), “n/o Ocidente, a imagem do formulador de política externa tem sido fortemente associada à elite, aos homens

brancos e representações da masculinidade hegemônica”. A fraca (baixa) participação feminina no cenário internacional, e exclusão de suas concepções no que cerne a política internacional.

Segundo os Dados do MRE, informa que no princípio do ano de 2022, a diplomacia brasileira no Itamaraty, o quadro de diplomatas era em média de 1.540 diplomatas, e que mulheres são simplesmente 356 no Itamaraty, que a sua percentagem equivalente 23%, e que os homens são 1.184, ocupando 77%. Vejamos a tamanha disparidade de diplomatas brasileiros/as no Itamaraty, e diante disso, vê-se que as características da diplomacia brasileira, estão ligadas ao homem branco e com uma classe média alta. A abordagem apresentada o Embaixador e Ex-ministro Sergio Amaral, no canal televisivo da TV Cultura, frisou que o índice baixo de mulheres na diplomacia brasileira, no Itamaraty se dá pelo fato das mesmas não terem qualificações para exercerem tais tarefas, para um determinado concurso que acaba sendo tão exigente<sup>5</sup>.

Para Gonçalves (2020), a sub-representação feminina em espaços políticos, até ao presente é tímida no cerne das decisões no Itamaraty, mesmo que atualmente vemos um avanço quanto, essa temática, e mesmo no século XX, teve a sub-representação das mulheres em espaços de destaques mas em minorias, e que autora orienta que é necessário que haja mais presença de mulheres seja ela branca ou negra em campos de poderes, de decisão, e a participação feminina na política que seja como uma abertura ampliar-se mas em oportunidades que possam em promover agendas que impulsionem especificamente a justiça de gênero.

Segundo Fraser (2013), a baixa representatividade das mulheres na política, está intrinsecamente ligado às estruturas de gênero que ainda se perpetua na sociedade civil, embora vê-se que a um olhar especificamente de extrema relevância nas agendas de promoção de igualdade de gênero e direitos das mulheres, pautadas inclusivamente a partir da Organização das Nações Unidas, percebe-se que existem diversas instituições que demonstram que ainda existe ainda uma enorme disparidade de gênero que averigüe as mulheres em uma representação política oportuna. E diante disso, percebe-se que desde o Barão do Rio Branco, as mulheres sempre foram discriminadas e excluídas do exercício político, como se as mesmas não tivessem as mesmas qualificações a dos homens, onde verifica-se que as mulheres dificilmente ocupam lugares de maiores visibilidades nas embaixadas brasileiras.

Para Beauvoir, (1960) e True, (2005) a ampla desigualdade de gênero existente na sociedade sempre foi marcada por relações de poderes mundialmente. Por muito tempo, acreditava-se que o homem usufrui de mais capacidade em representar o positivo e o completo,

---

<sup>5</sup> <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/05/30/noticia-diversidade,1369901/mulheres-sao- apenas-23-dos-diplomatas-no-itamaraty.shtml>.

durante o tempo em que as mulheres eram vistas como um ser negativo e incompleto, e que o seu único local de trabalho seria em locais privados. Sendo assim, a sociedade acabou atribuindo cargos de destaques aos homens e também como responsáveis pela vida pública de toda sociedade, contudo, as mulheres passaram a questionar a inexistência de representatividade da mulher na carreira política. E que no Brasil, compreende-se que a diplomacia é caracterizada como gestores da comunidade, especificamente por uma determinada cultura burocrática organizada na ordenação.

De acordo Caballo (1996), as mulheres que escolheram em seguir a carreira política, e encaram uma série de desafios, em para se realizar análises procurou-se dividir em duas partes, isso, em situações individuais e situações de caracteres institucionais, quanto, aos impedimentos individuais, pode-se dizer que o comportamento esperado na liderança de mulheres diplomáticas, acabam sendo, diferente do comportamento do homem diplomata, que se refere às capacidades de desenvolvimento sociável (habilidades sociais), e que segundo o mesmo afirma que habilidades sociais diz respeito a uma agregação de ações comportamentais, que abrangem as relações sociais, são de extrema importância na execução da atividade laboral de diplomatas.

Salientando, que existe uma construção o quanto espera-se de uma mulher diplomática e de um homem diplomata, no exercício das suas atividades, em que no olhar da política a mulher é inferior e como se fosse o homem tem mais habilidade de conduzir a sua carreira, e isso, é que com o caso de Itamaraty, onde muitas mulheres diplomatas eram subalternizadas, e que mesmo exercendo a mesma profissão a de um diplomata homem, são vistas a baixo dos homens, mais que cada dia que passa vemos uma mudança, mesmo sendo tão recorrente na sociedade brasileira. De acordo, Farias e Carmo (2018), abordam que a entrada de mulheres na diplomacia não se deu de forma imediata e nem sequer plena, e não foi necessário fazer-se uma negociação diante a uma vasta sucessão de preconceitos sociais fundamentados em estereótipos de gênero, em diversas épocas, e isso vemos aqui no Brasil que em meados dos anos de 1938 a 1954, as mulheres eram proibidas de exercerem uma determinada atividade ligado a carreira.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, no nosso trabalho fizemos um levantamento das discussões de extrema relevância que dizem respeito a diplomacia brasileira, sobretudo da desigualdade de gênero existente nesse espaço, que por durante muito tempo era caracterizado como um espaço de



domínio do sexo masculino, como já frisamos ao longo do nosso trabalho. Onde foi necessário analisarmos a participação das mulheres diplomatas no seu enquadramento no Itamaraty, diante a uma disparidade existente nessa instituição, e dos imensos impedimentos que lhes foi imposto ao longo do tempo. Vimos que atualmente as mulheres vêm ocupando esses lugares que a muito tempo lhes era impedida de ocuparem e exercerem atividades de carreira política, sendo que no olhar dos diplomatas não se configurava como um papel de domínio feminino em representar essa área, justificando que as mulheres não conseguiriam em darem conta, como se as mesmas não tivessem capacidades e domínios em comandar uma embaixada ou consulado. Também no decorrer da construção do nosso trabalho percebemos que independentemente de se ter uma representatividade de mulheres nas esferas públicas ainda é muito reduzido comparando com homens. Mesmo havendo nomeações das mulheres no exercício da carreira diplomática brasileira e no mundo, ainda é uma luta árdua que se tem para que as mulheres ocupem esses lugares de maiores prestígios onde é verificado índice baixo.

Verifica-se enorme ausência de mulheres nas esferas públicas, sobretudo em carreiras políticas, sendo, baixa a representação dessas mulheres, que buscam a ingressarem na carreira diplomática. Por mais que houve uma transformação decorrente ao longo dos séculos, sob a representatividade feminina, percebe-se de que houve avanços de discussão como é visto ao longo do nosso desenvolvimento, quer seja, teórico e políticas. Sendo que nos dias atuais ainda constata-se inclusivamente o preconceito e a violência de gênero no interior do Itamaraty, que tem perpetuado o papel das mulheres ficasse mais restrito de âmbito doméstico, como se esse espaço fosse melhor para elas. A igualdade de gênero é de extrema importância para a formação de uma paridade de participação nos espaços de poder, que o sexo feminino deve possuir os mesmos direitos do homem na inserção dos espaços públicos.

Ao mapearmos os estudos da diplomacia brasileira, entendermos os aspetos que os dificulta a ingressarem na carreira diplomática diante a uma sociedade democrática, e a representação das mesmas na política. Sendo que verifica-se ao longo do nosso desenvolvimento que a carreira diplomática no Brasil até ao momento ainda é vista especificamente como um espaço masculino e masculinizado. Evidenciando aqui representatividade das mulheres diplomatas brasileiras, vemos que é uma das formas de persistência de desigualdades de gênero. Sendo que muitas dessas mulheres acabam enfrentando no interior da própria instituição no Itamaraty. Entende-se que a invisibilidade das mulheres diplomatas deveria se olhar principalmente na correção de implementação de uma política assertiva, que tenha como objetivo principal na indicação de mais mulheres diplomatas em ocuparem os cargos de maiores destaques, que lhes dê mais relevância e prestígios, que não

envolva simplesmente a questão de gênero mais sim também de raça e classe, além da questão de sexualidade, e que se faça uma reparação das diretrizes internas, a fim de que as mulheres diplomatas tenham mais visibilidade na diplomacia brasileira.

## REFERÊNCIAS

AGGESTAM, Karin; TOWNS, Ann E. *Gendering Diplomacy and International Negotiation*. Londres: Palgrave MacMillan, 2018.

ALENCASTRO, C. **Diplomatas relatam casos de assédio dentro do Itamaraty**. O Globo, 2015. Disponível em: Acesso em: 4 fev. 2017.

ALMEIDA, D. R. F. de. **Gênero e interseccionalidade nas políticas públicas: O programa nacional de documentação da trabalhadora rural**. 2016.

ALVES, Joyce Amâncio de Aquino. **A perspectiva feminista das relações internacionais e um breve olhar sobre as migrações das mulheres bolivianas para o Brasil (1990-2010)**. 2011.

BALBINO, Viviane Rios. **A presença da mulher na diplomacia brasileira no início do século XXI**. 2009.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Mulheres brasileiras na diplomacia**. Documentário. Direção: Ivana Diniz. Brasília: Argonautas, 2018. Disponível em: <https://vimeo.com/303550770>. Acessado em 20 de nov. 2022.

BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco 2020**. 2020.

CARLOTO, Cássia Maria. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais**. 2001.

CHIES, Paula Viviane. **Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho**. 2010.

CINTRA, Caroline. **Candidatas do DF são aprovadas para o Itamaraty pelo sistema de cotas após provarem que são negras**. 2022.

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

CEBRI. **Desigualdade de gênero é desafio para o Itamaraty**. 2021, by: aula ministrada pela Ex-Embaixadora do Brasil na Áustria e na Rússia, Thereza Quintella. 26.10.2021.

COCKLES, Mariana; Steiner, Andrea Quirino. **As mulheres na carreira diplomática brasileira: considerações sobre admissão, hierarquia e ascensão profissional.** Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 6, no. 11 (2017): 250-280.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documentos para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero, Universidade de Califórnia- Estudos Feministas,** Los Angeles, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política.** Boitempo: São Paulo, 2017.

ELOE, Cinthia. Feminism. In: GRIFFITHS, Martin (org.). **International Relations Theory for the Twenty-First Century: An introduction.** New York: Routledge (2007): 99-110.

ENLOE, Cynthia. *Diplomatic and Undiplomatic Wives.* In. ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics.* Berkeley: University of California Press, 2014.

FARIA, Josiane Petry. **A participação feminina na transformação da história patriarcal: dimensões poder e desenvolvimento como liberdade.** In: Revista Direitos Humanos e Democracia, v. 5, n. 10, p. 2-20, 2017.

FARIAS, R. S; e CARMO, G. F. *Brasilian female diplomats and the strggle for gender equality.* In K. Aggestam, e A. E. Towns (Orgs), *Gendering diplomacy and international negotiation* (pp. 107-124). Cham: Palgrave Macmillan. 2018.

FRASER, N. *Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to neoliberal crisis.* Londres: Verso. 2013.

FRIAÇA, Guilherme José Roeder. **Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios.** Brasília: FUNAG, 2018. Lopes, Dawisson Belém. *Política Externa e democracia no Brasil: ensaio de interpretação histórica.* São Paulo: Editora Unesp, 2013.

GIANNINI, Renata; MATHIAS, Suzeley K. **Gênero nas Forças Armadas.** In: SAINTPIERRE, Héctor; VITELLI, Marina. *Dicionário de Segurança e Defesa.* São Paulo: Editora Unesp, 2018, p.546-559.

GONÇALVES, José A. **O fim do patriarcado.** Webartigo. Disponível em:< <http://www.webartigos.com/artigos/o-fim-do-patriarcalismo/27353/>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

GONÇALVES, Lenira Mendes Monteiro. **Participação da mulher na política em cabo verde: 2006-2016.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2017.

GONÇALVES, Lenira Mendes Monteiro. **Representação política das mulheres no governo executivo de Cabo Verde: barreiras e avanços entre 2006-2016.** 2020. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2020.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais.** 2007.

HOYT, C. L. *The role of leadership efficacy and stereotype activation in women's identification with leadership.* *Journal of Leadership & Organizational Studies*, v. 11, n. 4, p. 2-14, 2005.

LENINE, Enzo; SANCA, Naentrem. **Gênero, feminismo e diplomacia:** Analisando a instituição pelas lentes feministas das Relações Internacionais. 2022.

LOPES, Dawisson Belém. **Política externa na Nova República:** os primeiros 30 anos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

MATA, Elvira Fernandes Mendes da. **A participação política das mulheres na diplomacia dos PALOPs:** das lutas pela libertação nacional aos estados pós-coloniais. 2022. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

MONTE, Izadora Xavier. **O debate e os debates:** abordagens feministas para as relações internacionais. Copyright 2013 by revista estudos feministas. 2013.

MONTEIRO, Ivanilde Alves; GATI, Hajnalka Halasz. **A mulher na história da educação brasileira:** entraves e avanços de uma época. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL", IX, 2012, João Pessoa/PA. Anais... João Pessoa: Ufpa, 2012, v. 01, p. 01-25.

MONTEIRO, Eurídice Furtado. **Entre os Senhores das Ilhas e as Descontentes:** Identidades, Classe e Gênero na Estruturação do Campo Político em Cabo Verde, UFPE, Recife, 2015.

MOURA, Cristina Patriota de. **O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira:** um estudo de carreira e socialização. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

NAHANA, Belina Loth. **Desafios e vivências com a maternidade:** olhar de estudantes negras em universidades públicas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Editora Paz e Guerra, 1990.

PAXTON, Pámela. *The International Women's Movement and Women's Political Representation, 1893-2003.* 2006.

PEREIRA, Manuela Gomes. **Representação das mulheres nos altos cargos da tomada de decisões da ONU: caminhando para uma paridade de gênero?** Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2020.

QUINTELLA, Thereza Maria Machado. **Entrevista de capa por Marianna Goulart.** In Revista Sapiëntia. São Paulo: Edição 32, Ano 07. Janeiro/junho 2018.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **"O papel da mulher na sociedade"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-papel-mulher-na-sociedade.htm>. Acesso em 02 de maio de 2022.

REZENDE, Daniela Leandro. **Mulher no Poder e na Tomada de Decisões.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica.** New York, Columbia University Press, 1989.

SCOTT, J. W. **Gender: still a useful category of analysis?** Diogenes. 2010.

SILVA, Antônia E. O; MACHADO, C. J. S. **Repensando os entraves à participação política feminina com Pierre Bourdieu:** In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2013.

SILVA, T. D. **Participação de Mulheres Negras no Serviço Público: desafios e papel das ações afirmativas,** 2021.

STROMQUIST, Nelly P. **Políticas Públicas de Estado e Equidade de Gênero: perspectivas Comparativas.** Revista Brasileira de Educação, n. 1, 1996, p. 27-49.

TICKNER, J. Ann. *You just don't Understand-Troubled Engagements Between Feminists and Ir Theorists.* 1997.

TICKNER, J. Ann. *Gendering world politics: feminist perspectives on achieving global security.* Nova Iorque: Columbia University Press. 2001.

TRUE, J. *Feminism; International Society and its Critics.* Oxford: Oxford University Press, p. 151-162, 2005.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** São Paulo: Editora UBU, 2020.